



A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA E DE BAIXA RENDA NO CURSO DE PSICOLOGIA E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA DAS MINORIAS

Angélica Inês dos Santos Souza, Evaldo Batista Mariano Júnior.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Universidade do Estado de Minas Gerais.
angelica.ines01@gmail.com, ebmpsi@yahoo.com.br

Introdução

O número de negros em universidades públicas e privadas tem crescido gradativamente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 34% de negros estão na universidade, sendo que os negros que estão entre 18 e 24 anos, apenas 12,8% estão no ensino superior, dados estes referentes ao ano de 2015. Os números ainda são pequenos, mas, quando comparado com os dados apresentados por uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, feita em 2001, no qual apontava que apenas 2% dos universitários brasileiros eram negros. Desse modo, podemos verificar mudanças no cenário educacional desde então.

“O acesso tem se tornado mais tangível a partir do momento em que, através de ações afirmativas, as universidades públicas abriram suas portas para os estudantes de baixa renda, de escola pública, e grupos minoritários, negros e índios”. (PACHECO; DA SILVA, 2007, p. 21).

As políticas afirmativas são consideradas sociais compensatórias, pois trata-se de intervenção do Estado para cumprimento de medidas em benefício das classes menos favorecidas, as quais, “por ineficiência política ou devido a permanência de mecanismos sociais

Ituiutaba, 21 a 23 de nov. 2018



de exclusão”, promove a igualdade entre os diferentes grupos que compõe a sociedade. Outra característica é a durabilidade, já que tem um tempo definido.

Retomando a historicidade do negro em nosso País, vimos que houveram alguns marcos de “proteção” ao negro. Em 1931, não se chegava oriundo do tráfico negreiro, como escravo, no Brasil. Já em 1971, não se nascia mais em território brasileiro, na condição de escravo, tendo em vista a promulgação da Lei do Ventre Livre. Outro salto ocorreu em 13 de maio de 1888 onde foi sancionada a Lei Áurea que extinguiu a escravidão no Brasil. Sabemos que a mulher é vista como sexo frágil, submissa, se comparada ao homem. Por longos anos foi destinado à mulher cuidar da casa, dos filhos e do marido e “ai” dela se não assumisse esse papel. Problematizando ainda mais, chegamos à cor de sua pele. Os negros foram apartados da sociedade, viviam destinados a servir, o simples fato de possuir a pele negra já o caracterizava como escravo, portanto, também estava numa posição inferior.

Os escravos eram submetidos ao trabalho árduo, humilhações e castigos corporais, sendo excluídos do convívio social. Vistos tão somente como mercadorias, tanto para os comerciantes do tráfico negreiro, como para os latifundiários exploradores de sua mão de obra. Uma situação de total exploração e subjulgamento que degeneraram profundamente as relações sociais brasileiras (OLIVEIRA e RACY, 2005, p. 03).

O retrato histórico dos anos 80 nos mostra as elites, isto é, os brancos, portando o direito de comprar uma pessoa de pele negra para forçar o trabalho. Então, havia a força dominante e os dominados. Será que houve mudanças ao longo desse período?

Essa realidade ainda se perpetua atualmente, quiçá um pouco velada, mas com possíveis formas de identificação, por exemplo, quantos negros são médicos no Brasil? Quantos negros ocupam cargos de chefia ou liderança? E quantos negros estão à margem da sociedade como garis, pedreiros, faxineiros, entre outras profissões que tende a resignação? Notamos que esse excesso de submissão dos negros sofre influências desde o período colonial brasileiro, e é

Ituiutaba, 21 a 23 de nov. 2018



um fator determinante no processo de inserção do negro no ambiente acadêmico e profissional, tendo em vista que, ao longo de sua história foi reforçado em seu imaginário social a ideia de exclusão da sociedade, a mesma situação dos sujeitos portadores de transtorno mental severo, que não tinha o direito de viver dignamente em sociedade. É notório a desigualdade social do negro em relação ao branco, desde o acesso à educação, cultura, habitação, saúde, lazer e capacitação para o mercado de trabalho

Segundo o Censo Demográfico do início desse século, mais precisamente do ano 2000, publicado pelo IBGE, o Brasil possui uma população total equivalente a 169.872.856 habitantes. De acordo com o Mapa da Exclusão Social apresentado nos estudos de (Amorim et al., 2004), mais de 25% desta população vive em condições sociais precárias, sem renda, emprego e acesso à educação”. Mas quem é essa população apontada no estudo? Estamos nos reportando à cidadãos em sua maioria negros (OLIVEIRA e RACY, 2005, p. 07).

Diante do exposto, observa-se um cenário de desigualdade social presente desde a abolição da escravatura em 1888, até os tempos atuais. Considerando os aspectos negativos que a pessoa negra sofreu ao longo de seu processo histórico, pode-se notar que o negro foi vítima de exclusão, opressão, preconceito, discriminação, carência de acesso educacional, cultural, laboral para o pleno desenvolvimento em sociedade. Faz se necessário uma política que possibilite o ingresso da pessoa negra e carente na universidade, tais como as cotas que seleciona os sujeitos por meio de suas características biológicas, culturais e sociais.

A Universidade do Estado de Minas gerais (UEMG), adotou em 2005 o Programa de Seleção Socioeconômica (PROCAN), o qual no vestibular, destina 20% das vagas em todos os cursos para alunos de escolas públicas, 20% para afrodescendentes, 5% para indígenas e 5% para estudantes com deficiência física, o que totaliza 45% de todas as vagas no vestibular, percentual este, que aumentou em 2017, quando o governador da época, Fernando Pimentel,



sancionou uma lei de reserva de 50% das vagas para cotistas. A Universidade também conta com o Sistema de Seleção Unificada – SISU.

A presente pesquisa se fixa no terreno das pesquisas qualitativas, lançando mão de procedimentos etnográficos, que se caracteriza pelo estudo sistemático das pessoas em locais definidos através da coleta de dados que captam os significados sociais das suas atividades comuns.

A pesquisa de cunho etnográfica baseia-se, para Silverman (2009), em três aspectos cruciais: o "foco" do estudo, as escolhas metodológicas e as questões teóricas. Portanto, optamos pela etnografia, enquanto estratégia das pesquisas de cunho qualitativa, pelo fato de ser desenvolvida de maneira contextual e por responder às realidades vividas encontradas no ambiente universitário.

A pesquisa aconteceu na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Ituiutaba. Para a composição da amostra foram selecionadas alunas do curso de Psicologia que apresentaram características biológicas e étnicas voltadas para a raça negra.

Diante das políticas de acesso a pessoa negra à universidade, esse estudo pretende compreender a trajetória das mulheres negras acadêmicas do curso de Psicologia de uma Instituição de Ensino Superior de Ituiutaba/MG, e quais são impasses e desafios enfrentados para o ingresso e permanência na Educação Superior.

Desenvolvimento

Ao longo de toda a história do Brasil, a mulher negra percorreu caminhos árduos, seja em relação ao gênero, como também a própria etnia.

Assim como diz Sueli Carneiro (2003),



As mulheres negras “tiveram uma experiência diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher”. Ao falar sobre mito da fragilidade feminina, que tanto vigorou e que foi um dos pilares do patriarcado no Brasil, o feminino tratado é o branco, já que a negra, em nenhum momento era tratada como frágil, pelo contrário, assim como os homens negros, foram escravizadas, obrigadas ao trabalho forçado, além de serem submetidas à violência física, o estupro constante, justamente por não ser reconhecida como sujeito digno de sentir dor.

O que não mudou muito depois de abolida a escravidão. Antes trabalhando nas lavouras, sendo ama de leite, hoje empregadas domésticas, faxineiras e prostitutas. Possuem menor qualidade de vida, escolaridade, continuam marginalizadas e violentadas.

Crisostomo e Regiote (2010) “já diziam que a situação a qual se encontra a mulher negra hoje, é afetada pelas consequências coloniais, escravocratas e pelas relações complexas entre estas”.

Outro ponto a ser considerado é o que Ângela Davis (2016) “chamou de família negra matriarcal, explicado por Léia Gonzales no seu texto Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira (1984), como sendo a mulher negra o núcleo central da família, a provedora do lar”. A ausência paterna pode ser explicada por dois fatores, a violência policial contra o homem negro, com o encarceramento em massa, e o próprio legado da escravidão que são mães negras solteiras.

Aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão (LÉIA GONZALES, 1984, p. 09).

Não faz muito tempo que a gente estava conversando com outras mulheres, num papo sobre a situação da mulher no Brasil. Foi aí que uma delas contou uma história muito reveladora, que complementa o que a gente já sabe sobre a vida sexual da rapaziada branca até não faz muito: iniciação e prática com as crioulas. É aí que entra a história que foi contada prá gente (LÉIA GONZALES, 1984, p. 12).



Léia Gonzales exemplifica a chamada violência policial, a qual considera a principal causa da mortalidade dos homens negros, aqueles que poderiam vir ou são, pais e filhos. Quanto ao tratamento das mulheres negras pelo homem branco, é possível observar que o imaginário, que começou na época da escravidão, da negra como objeto sexual continua a vigorar.

Realizamos uma pesquisa cujo foco central é se existe dificuldade para a mulher negra entrar e permanecer na universidade. Iniciamos com uma amostra de 8 alunas negras do curso de Psicologia de uma Instituição de Ensino Superior de Ituiutaba/MG, pertencentes ao 2º, 4º e 6º período, suas idades estão entre 18 a 31 anos.

Elaboramos uma entrevista semi-estruturada que contemplava cinco perguntas abertas, as quais incluíam: o porque escolher Psicologia; existência de dificuldade ao acesso ao Ensino Superior; dificuldade a permanência no Ensino Superior. Para esse artigo trazemos os resultados destes três principais campos do questionário.

Gil (1999, p.128) diz ser “o questionário uma técnica de investigação formada por perguntas por escrito, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, situações vivenciadas, etc”.

Para apuração dos dados obtidos, usou-se o método de análise de conteúdo. Tal abordagem acredita que o foco do estudo seja “qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos”, através da explicação do discurso e do contexto da enunciação, compreensão de significados e relações definidas fora das falas ditas diretamente. (CAVALCANTE et. al., 2014, p. 13).

Diante do exposto, Cavalcante (2014, p.15), “lança luz que a construção de uma pergunta na pesquisa qualitativa é uma tarefa dotada de complexidade e método, pois requer uma imersão prévia no ente com o intuito de compreender o ser e sua essência”.

Resultados e Discussões



A seguir iremos pontuar as perguntas postas no questionário e a discussão em torno delas. No que diz respeito ao questionamento: O que fez escolher a Psicologia? Pode-se verificar que quatro (04) alunas do curso de Psicologia ingressaram no curso com o objetivo de compreender a subjetividade do ser humano, a motivação de quatro (04) alunas esteve em torno de ajudar as pessoas em suas demandas existenciais, uma (01) aluna admira os profissionais que atuam nessa área e por isso escolheu o curso, uma (01) aluna se identifica com a profissão, enquanto que uma (01) aluna não encontrou justificativas para a escolha do curso.

A escolha de uma profissão envolve fatores sociais, econômicos, afetivos e pessoais, sendo que, para Port e Krug (s/d), a opção pelo curso de Psicologia muitas vezes caracteriza-se pela vontade de auxiliar o próximo, o que pode estar diretamente atrelado à atividade prática deste profissional que pode gerar uma grande realização profissional e, conseqüentemente, pessoal.

Já para Moraes, Madeiro e Barbosa (2002) “os motivos que originam a escolha dos estudantes pelo curso de Psicologia estão ligados à procura de melhores condições ou de um novo sentido a sua vida, e muitas vezes tal escolha vem atrelada ao uso de serviços psicológicos”.

Gondim, Magalhães e Bastos (2010) apontam em sua pesquisa que, “na escolha pelo curso de Psicologia, estão envolvidos mais fatores internos, intrínsecos, do que fatores externos, extrínsecos”.

Quanto a pergunta Existe alguma dificuldade no acesso ao Ensino Superior?, cinco (05) alunas disseram ter tido dificuldade, e apenas três (03) não tiveram. Dentre as que tiveram, os argumentos giravam em torno de questões financeiras para realização da prova e o próprio método de ingresso à universidade. Uma (01) delas diz achar “injusto o sistema de avaliação” e apontou que “na Instituição de Ensino Superior em estudo, a lista de espera desconsidera cotas raciais e socioeconômicas” o que considera grave. Dentre as três (03) que não tiveram



dificuldade, elas fazem questão de mencionar o quanto sentem-se privilegiadas por isso, uma (01) delas justificou o fácil acesso por já ter concluído um curso superior anteriormente.

De acordo com Freitas et al. (2017, p. 03), “desde a fundação a universidade é direcionada para as elites, sendo considerada, para estes, como um caminho natural na continuação dos estudos”. Contudo hoje, com o aumento do número de vagas no ensino superior privado, a graduação representa ainda um grande desafio para a classe trabalhadora. Infelizmente, uma vez que a Constituição Brasileira (BRASIL; 1988) define que o acesso aos níveis mais elevados de ensino se dá a partir da capacidade de cada um, pode haver uma culpabilização do aluno pelas dificuldades de entrada e permanência no ensino superior, como se essas dificuldades estivessem relacionadas a falta de capacidade dos mesmos.

Assim, existe a formação de todo um contexto de desafios para os alunos provenientes das classes trabalhadoras, alguns referentes à entrada como a dificuldade para passar no vestibular, e outros referentes à permanência, como as dificuldades para pagar as mensalidades, conseguir conciliar trabalho e estudo, socialização no campus, compreensão dos conteúdos vistos em aula e obtenção de nota para concluir os semestres (FELICETTI, 2014).

No que diz respeito ao questionamento: Quais dificuldades você enfrenta para a permanência no Ensino Superior?

Quatro (04) alunos elucidaram que são de ordem financeira, duas alunas (01) alunas disseram que são de cunho emocional, duas (02) discentes sinalizaram que as dificuldades são relativas às exigências curriculares, e uma (01) discente não percebe adversidades para a continuidade no curso.

Ao mencionar a dificuldade financeira, uma das alunas cita “as vezes não tenho dinheiro para xerox ou transporte, não tenho condições para participar de palestras e seminários”, exemplificando a dificuldade encontrada por estudantes advindos da base da pirâmide econômica, base essa composta em sua maioria pela população negra. Henriques (2001) já dizia que “contemplando um recorte simultâneo de raça, gênero e faixa etária, é possível observar a



nítida hierarquia de discriminação econômica, onde a comunidade negra é a principal negligenciada”.

As alunas mencionaram a frequente exigência no que tange aos aspectos acadêmicos. De acordo com a aluna “X” “o curso por ser em período integral exige muito. Há muita demanda acadêmica.” A discente “Y” verbalizou que são inúmeros “trabalhos, projetos da faculdade, que agregam muito valor a formação, mas em função disso acabamos abrindo mão da qualidade de vida”.

Conclusão

Ficou evidente nesse estudo que a maior dificuldade entre as alunas diz respeito ao aspecto financeiro, tanto para o acesso quanto à permanência no Ensino Superior. O fato de ser um curso integral mostrou-se como um obstáculo, pois interfere na busca de emprego e na saúde mental das alunas.

Dentre todas as alunas apenas duas apontaram não enfrentar dificuldades, e se mostraram privilegiadas por isso. Mais pesquisas seriam necessárias para investigar, quais percursos e processos influenciaram na história de vida dessas discentes para que elas chegassem a essa percepção.

O curso de Psicologia da instituição estudada possui em torno de 250 alunos, sendo que apenas 10 se autodeclararam mulheres negras, o que podemos constatar apenas 4% do curso. Das 10 alunas, oito responderam ao questionário sobre dificuldades encontradas no acesso e na permanência no Ensino Superior.

Ser aluna negra no curso de psicologia é ter que se afirmar constantemente. Defender seus valores e trazer a tona as opressões sofridas para discussão em sala de aula. A Psicologia é um curso que estuda pessoas e comportamentos, sejam eles pessoais ou coletivos. As relações



sociais e as implicações delas são postas em cheque constantemente, por isso é sempre necessário levantar questões de raça e gênero dentro de sala de aula, e nada mais enriquecedor do que aqueles que vivem na pele terem voz e saibam que seu discurso é importante dentro da academia. Estudar num curso de expressividade feminina, mas que a presença da mulher negra ainda é escassa trás a angústia de saber que ainda há o que trabalhar na sociedade, nas perspectivas e nas representações ligadas a profissão de psicóloga ou psicólogo.

O levantamento dessa discussão trouxe à tona a necessidade do debate sobre a mulher negra dentro da universidade, mesmo nos cursos de predominância feminina. Já há uma superioridade no número de mulheres no curso de Psicologia, porque quando coloca-se a característica raça, esse número cai para menos de 5%? O número de homens ingressos chega a ser de 40%. É preciso compreender o por que isso acontece e esse estudo é o começo. Pois estudar a questão de gênero interligado a questão de raça é antes de tudo, compreender o impacto destas variáveis no processo de exclusão e determinação social.

No Brasil, a história das mulheres está ligada ao social, política, cultura e até mesmo a economia, sendo que, a desigualdade é fruto das construções culturais. A mulher, num aspecto geral vem sendo vítima da dominação masculina, as raízes da educação feminina branca sempre ensinou a servidão ao homem. Por outro lado, mulheres negras foram criadas para serem fortes frente à sociedade que a exclui, não apenas por seu gênero, mas também sua cor. O trabalho esperado por estas são sempre de base, a chegada na universidade aparenta estar além do que é previsto. Essa ideia, hoje, apesar de tender a mudança, ainda é nova e está amadurecendo. Gisele Pinto já dizia que a discriminação racial e de gênero atuam na vida dessas mulheres reduzindo sua visão de alcançar melhores posições sociais.

Referências



AMORIM, R. et al. Atlas da Exclusão Social: Os ricos no Brasil. Volume 3. São Paulo. Cortez, 2004.

Bueno, J. M. H., Lemos, C. G., & Tome, F. A. M. F. (2004). Interesses profissionais de um grupo de estudantes de psicologia e suas relações com inteligência e personalidade. *Psicol. estud.*, 9 (2): 271- 278

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 24, n. 1, 2014.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

DOS SANTOS CRISOSTOMO, Maria Aparecida; DOS SANTOS REIGOTA, Marcos Antonio. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 15, n. 2, 2010.

FELICETTI, V. L. Comprometimento do aluno ProUni: acesso, persistência e formação acadêmica. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, Brasília , v. 95, n. 241, p. 526-543, Dec. 2014 . Disponível em . Acesso em: 30 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/301911955>.

FREITAS, M. G. P., LOBO, L. G. DINIZ, M. A. AMORIM, E. S. MENNOCHI, L. M. Os desafios da entrada e permanência da universidade por estudantes da classe trabalhadora. São José dos Campos: XXI UNIC, 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Gondim, S. M. G., Bastos, A. V. B., & Peixoto, L. S. A. (2010). Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In Gondim, S. M. G., & Bastos, A. V. B. (Orgs.). *O Trabalho do Psicólogo no Brasil*. (pp. 174-199), Porto Alegre: Artmed 276-295



GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências sociais hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. 2001.

Moraes, M. C., Madeiro, R. T., & Barbosa, V. P. (2002). As expectativas de alunos ingressantes no curso de psicologia sobre sua formação profissional. Trabalho de Conclusão de Graduação. Curso de Psicologia, UNAMA Universidade da Amazônia, Belém

OLIVEIRA, R. S.; RACY, J. C. O negro na realidade socioeconômica brasileira: um estudo da participação do negro no mercado de trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso da Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2005.

PACHECO, Jairo Queiroz; DA SILVA, Maria Nilza. O negro na universidade: o direito à inclusão. Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares 2006.

Port, A. K., & Krug, J. S. (s/d). Percepção de ingressantes e concluintes de um curso de psicologia sobre aspectos relacionados à escolha do curso, à formação e ao exercício profissional do psicólogo. FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara-RS. Recuperado em 12 de outubro de 2018, de <https://psicologia.faccat.br/blog/wpcontent/uploads/2013/03/2011.pdf>

RIBEIRO, Elisa. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. Número 4, maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá.

SILVERMAN, D. Interpretação de Dados Qualitativos: Métodos para análise de Entrevistas, textos e Interações. Tradução Lopes, M.F. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.